

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**REQUERIMENTO Nº , DE 2013****(Do Sr. Adrian)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos Municípios atingidos pelos deslizamentos de encostas de janeiro de 2011.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Comissão Desenvolvimento Urbano, para debater a situação dos Municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, Petrópolis, Teresópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto, atingidos pelos desastres ocorridos em janeiro de 2011, para a qual serão convidados: o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro das Cidades; o Sr. Gilson Queiroz, Presidente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); o Sr. Hudson Braga, Secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Rogério Cabral, Prefeito do Município de Nova Friburgo; o Sr. Paulo Barros, Prefeito Municipal de Bom Jardim, o Sr. Rubens Bomtempo, Prefeito do Município de Petrópolis; o Sr. Arlei de Oliveira Rosa, Prefeito do Município de Teresópolis; o Sr. Juarez Gonçalves Corguinha, Prefeito do Município de Sumidouro; e o Sr. José Augusto Gonçalves, Prefeito do Município de São José do Vale do Rio Preto.

JUSTIFICAÇÃO

Os desastres ocorridos em janeiro de 2011 na região serrana do Estado do Rio de Janeiro causaram 916 mortes, o desaparecimento

9578269E49
9578269E49

de 345 pessoas e o desalojamento de 35.000. Trata-se do maior desastre natural ocorrido no País envolvendo enchentes e deslizamentos de encostas. Embora tenha decorrido das fortes chuvas que atingiram a região naqueles dias, o desastre é consequência sobretudo da ocupação desordenada do solo em áreas ecologicamente frágeis, aliada à ausência de sistemas de monitoramento e alerta que permitissem o aviso à população e sua saída tempestivamente.

Novas tragédias ocorreram neste ano de 2013, na mesma região, provocando 33 mortes e deixando 1.549 desalojados. Os problemas são basicamente os mesmos: embora sistemas de alerta instalados tenham evitado um mal maior, o fato é que perduram as moradias em áreas de risco.

Dois anos após a tragédia de 2011, há que se perguntar quais providências foram tomadas no sentido de mudar essa situação. Quem percorre as cidades serranas verifica que as marcas do desastre ainda perduram, com famílias sem moradia definitiva, ocupações em áreas de risco, prédios interditados, infraestrutura não recuperada.

Considero de extrema importância que esta Comissão de Desenvolvimento Urbano tome conhecimento sobre quais ações foram até o momento realizadas para recuperar as cidades que sofreram com os desastres e que medidas estão em andamento, nos planos federal, estadual e local, para evitar que a ocorrência de eventos climáticos extremos transforme-se em novos desastres. Estarão os Municípios preparados para garantir a segurança da população e trazer de volta o bem-estar social e a estabilidade econômica?

Conto, portanto, com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Adrian

9578269E49
9578269E49